

Demonstrações Contábeis

UHE São Simão Energia S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

UHE São Simão Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
UHE São Simão Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UHE São Simão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019
ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'MA', written over a horizontal line that extends to the right.

Marcos Antônio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O

UHE São Simão Energia S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	155.169	69.918	Fornecedores	9	15.459	1.044
Concessionárias	5	45.852	-	Salários e encargos trabalhistas		3.356	-
Impostos a recuperar	6	217.252	5.707	Empréstimos e financiamentos	10	1.280.432	4.368.028
Ativo financeiro	7	960.000	755.941	Instrumentos financeiros derivativos	10	114.908	30.710
Instrumentos financeiros derivativos	10	237	-	Dividendos a pagar		104.395	11.456
Outros ativos		3.810	351	Impostos a recolher	11	196.536	-
				Encargos setoriais	12	13.393	-
				Outros passivos		4.654	-
Total ativo circulante		1.382.320	831.917	Total passivo circulante		1.733.133	4.411.238
Não circulante				Não circulante			
Ativo financeiro	7	4.557.497	4.616.245	Empréstimos e financiamentos	10	2.952.513	-
Instrumentos financeiros derivativos	10	232.202	-	Impostos diferidos	13	91.548	30.639
Imobilizado		8.592	69				
Intangível	8	1.891.716	1.931.512	Total passivo não circulante		3.044.061	30.639
Total ativo não circulante		6.690.007	6.547.826	Patrimônio líquido			
				Capital social	14	2.912.000	2.912.000
				Reserva de lucros	14	383.399	36.780
				Outros resultados abrangentes	14	(266)	(10.914)
				Total patrimônio líquido		3.295.133	2.937.866
Total dos ativos		8.072.327	7.379.743	Total dos passivos e patrimônio líquido		8.072.327	7.379.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita operacional líquida	16	1.232.669	112.173
Custo de operação	17	(143.962)	-
Lucro bruto		1.088.707	112.173
Depreciação e amortização	17	(42.216)	(3)
Administrativas e gerais	17	(50.025)	(5.023)
Lucro antes do resultado financeiro		996.466	107.147
Resultado financeiro líquido	18		
Receitas financeiras		16.474	402
Despesas financeiras		(284.742)	(33.197)
Variação monetária/cambial líquida		(65.198)	(1.292)
		(333.466)	(34.087)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		663.000	73.060
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(181.869)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(41.573)	(24.824)
Lucro líquido do exercício		439.558	48.236
Lucro por ação			
Quantidade de ações no final do exercício	15	2.912.000	2.912.000
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária		0,1509	0,0166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	439.558	48.236
Outros resultados abrangentes		
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado		
Hedges de fluxo de caixa:	16.131	(16.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.483)	5.619
Resultado abrangente total do exercício	<u>450.206</u>	<u>37.322</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Integralização de capital em 21/3/2017		2.912.000	-	-	-	2.912.000
						-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	48.236	48.236
Outros resultados abrangentes						-
Hedge de fluxo de caixa		-	(16.533)	-	-	(16.533)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	5.619	-	-	5.619
						-
Destinação do resultado do exercício						-
Constituição de reserva legal		-	-	2.412	(2.412)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(11.456)	(11.456)
Destinação para reserva de lucros		-	-	34.368	(34.368)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>2.912.000</u>	<u>(10.914)</u>	<u>36.780</u>	<u>-</u>	<u>2.937.866</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	439.558	439.558
Outros resultados abrangentes						-
Hedge de fluxo de caixa		-	16.131	-	-	16.131
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(5.483)	-	-	(5.483)
						-
Destinação do resultado do exercício						-
Constituição de reserva legal		-	-	21.978	(21.978)	-
Reversão da destinação de dividendos		-	-	11.456	-	11.456
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(104.395)	(104.395)
Destinação para reserva de lucros		-	-	313.185	(313.185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>2.912.000</u>	<u>(266)</u>	<u>383.399</u>	<u>-</u>	<u>3.295.133</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	439.558	48.236
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Tributos diferidos	55.427	36.258
Ativo financeiro	(954.744)	(123.606)
Depreciações e amortizações	42.217	3
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	349.856	34.184
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	4.404	-
Outros	4.654	-
	<u>(58.628)</u>	<u>(4.925)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(45.852)	
Ativo financeiro	809.433	(5.248.580)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(211.545)	(5.707)
Despesas antecipadas	(1.321)	(351)
Adiantamentos	(1.842)	-
Outros ativos operacionais	(296)	-
	<u>548.577</u>	<u>(5.254.638)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	14.415	1.044
Outros tributos e contribuições sociais	185.103	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.915	-
Obrigações estimadas com pessoal	3.356	-
Encargos regulamentares e setoriais	8.989	-
	<u>228.778</u>	<u>1.044</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	718.727	(5.258.519)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(10.944)	(1.931.584)
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(10.944)	(1.931.584)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão	-	2.912.000
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	4.190.512	4.348.021
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	(4.348.020)	-
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	(465.024)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	(622.532)	7.260.021
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	85.251	69.918
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	155.169	69.918
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	69.918	-
	<u>85.251</u>	<u>69.918</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a SPIC Brasil Energia Participações S.A.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

Contrato de concessão

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões, onde a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina São Simão, e foi alocada no regime cotas de suas garantias físicas de energia e de potência. A Companhia assinou o Contrato de Concessão para prestação do serviço de geração de energia elétrica nº 001/2017 em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos.

A capacidade instalada da Usina é de 1710 MWm, sendo a energia assegurada de 1202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializado 1202 MWm nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWn em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 306,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 27 de março de 2019, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

2.2 Moedas funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio.
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em "outros resultados abrangentes" e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

2.3 Bases de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis— Continuação

2.3 Bases de preparação e apresentação--Continuação

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis—Continuação

3.2. Ativos da concessão

A Companhia considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M, para custear os custos de operação da usina; e um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

3.2.1 Ativos financeiro

O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RBO (Receita de Bonificação da Outorga) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado "regime de quotas", foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente, a título de remuneração pelo valor de outorga paga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público.

O ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas, e posteriormente mantidas a valor justo por meio do resultado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

A Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de geração de energia elétrica e propiciar uma melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis—Continuação

3.2. Ativos da concessão—Continuação

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída.

3.2.2 Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, são registrados ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.4. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.5. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.6. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa, aplicações financeiras de curto prazo e ativo financeiro da concessão.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Instrumentos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

c) Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, baixa e mensuração.

A Companhia reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida, são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

d) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

e) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8. Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa.

No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A nota explicativa nº 20 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.8. Contabilização de hedge--Continuação

Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Reserva de hedge de fluxo de caixa". Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica "Outros ganhos e perdas" no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.9. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

3.9.1. Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018

A seguir, estão descritos os pronunciamentos e interpretações que entraram em vigência em 1º de janeiro de 2018:

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas, composto por cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a norma, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de serviços a um cliente.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.9. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações--Continuação

A Companhia avaliou os cinco passos para o reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47 e não identificou impactos materiais em suas demonstrações contábeis.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de hedge (*hedge accounting*) menos rigorosos.

3.9.1. Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018

CPC 48 - Instrumentos Financeiros--Continuação

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

O pronunciamento simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.9. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações--Continuação

3.9.1. Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018--Continuação

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação, passando a tratar os ativos financeiros como valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece nenhuma perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.9. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações--Continuação

3.9.1. Revisão de normas e interpretações em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018--Continuação

CPC 48 - Instrumentos Financeiros--Continuação

Contabilidade de hedge (Hedge accounting)--Continuação

O CPC 48 exige que a Companhia e sua controlada assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Em 31 de dezembro de 2018, em relação à contabilidade de hedge, as novas regras já estavam sendo aplicadas pela Companhia.

3.9.2 Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis (1º de janeiro de 2019):

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. A Companhia está realizando os estudos visando avaliar os eventuais impactos pela adoção desse pronunciamento.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações financeiras de curto prazo	155.169	69.918
	<u>155.169</u>	<u>69.918</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa de aproximadamente 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.

5. Concessionárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Suprimento de energia elétrica - ACR	3.548	-
Suprimento de energia elétrica - ACL	40.611	-
Suprimento curto prazo - CCEE	1.693	-
	<u>45.852</u>	<u>-</u>

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica nos ambientes regulados e livres.

6. Impostos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos a recuperar (PIS e COFINS)	3.085	2.982
Impostos recolhidos por estimativa (IRPJ e CSLL)	184.522	2.701
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)	4.622	-
Impostos e tributos a compensar (PIS, COFINS entre outros)	25.023	24
	<u>217.252</u>	<u>5.707</u>

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativo financeiro

Em 10 de novembro de 2017, a Companhia firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação o serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R\$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017.

Na assinatura do contrato, a Companhia optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da Companhia ocorreu no dia 10 de maio de 2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar.

A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Durante o período da concessão, a Companhia fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R\$ 1.032.161, sendo R\$ 796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$ 235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui 70% da receita de Operação e Manutenção - O&M e 100% dos investimentos de melhorias (CAPEX) durante prazo de concessão, conforme estabelecido no contrato de concessão. Os valores da RAG previstos no contrato de concessão, serão atualizados anualmente pelo índice do IPCA, à partir de julho de 2019.

Durante o período de operação assistida a Companhia recebeu 100% da parcela da RBO, e após esta data passou a receber 70% da RBO e a parcela da GAG e conforme previsto no contrato de concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga) e GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativo Financeiro—Continuação

Com base nesse entendimento, a Companhia aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (*relative fair value*), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O montante apurado que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 12,54% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A movimentação do ativo financeiro foi como segue:

	31/12/2017	Receita financeira	Variação monetária	Receita de O&M	(-) Faturamento RAG	31/12/2018
Ativo financeiro	5.372.186	749.634	205.297	169.507	(979.127)	5.517.497
Total	5.372.186	749.634	205.297	169.507	(979.127)	5.517.497
Circulante	755.941					960.000
Não Circulante	4.616.245					4.557.497
Total	5.372.186					5.517.497

8. Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível—Continuação

a. Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2018			31/12/2017		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível							
Intangível em serviço							
Geração							
Direito de concessão - Outros	3,33%	1.931.420	(41.627)	1.889.793	1.931.420	-	1.931.420
		1.931.420	(41.627)	1.889.793	1.931.420	-	1.931.420
Administração							
Software	20,00%	111	(15)	96	95	(3)	92
		111	(15)	96	95	(3)	92
Total do intangível em serviço		1.931.531	(41.642)	1.889.889	1.931.515	(3)	1.931.512
Intangível em curso							
Administração		1.827		1.827			-
Total do intangível em curso		1.827	-	1.827	-	-	-
Total do imobilizado intangível		1.933.358	(41.642)	1.891.716	1.931.515	(3)	1.931.512

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível--Continuação

b. Movimentação do Intangível

	Intangível em serviço			Intangível em serviço		
	Direito de concessão - Outros	Software	Total	Software	Total	Total geral
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-
Adições	1.931.421	93	1.931.514	-	-	1.931.514
Amortizações	-	(2)	(2)	-	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.931.421	91	1.931.512	-	-	1.931.512
Adições	-	16	16	1.827	1.827	1.843
Amortizações	(41.627)	(12)	(41.639)	-	-	(41.639)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.889.794	95	1.889.889	1.827	1.827	1.891.716

Referem-se aquisição de *software* e ao direito da Companhia de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão	14.016	-
Materiais e Serviços	1.443	1.044
	<u>15.459</u>	<u>1.044</u>

10. Empréstimos, financiamentos e derivativos

Composição da dívida líquida	2018		
	Empréstimo	Instrumentos financeiros derivativos, líquido	Total
Moeda nacional			
BNP Paribas (i)	1.109.150	-	1.109.150
	<u>1.109.150</u>	-	<u>1.109.150</u>
Moeda estrangeira			
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L (ii)	3.123.795	-	3.123.795
Bank of America Merrill Lynch (iii)	-	(18.993)	(18.993)
Banco Bradesco S.A. (iii)	-	(5.882)	(5.882)
JPMorgan Chase Bank (iii)	-	(54.252)	(54.252)
HSBC Brasil S.A. (iii)	-	(38.404)	(38.404)
	<u>4.232.945</u>	<u>(117.531)</u>	<u>4.115.414</u>
Total Circulante	<u>1.280.432</u>	-	<u>1.280.432</u>
Total não Circulante	<u>2.952.513</u>	<u>(117.531)</u>	<u>2.834.982</u>

(i) Contratação de dívida no montante total de: R\$1.100.000 junto ao BNP Paribas, com vencimento em 25 de novembro de 2019. Os montantes de R\$9.150 referem-se a juros incorridos no período.

(ii) Contratação de empréstimos em moeda estrangeira (USD) totalizando o montante de R\$2.956.308 junto ao Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L, sendo R\$1.101.733 ao custo de USD + 5,4706% a.a. com vencimento para 25 de outubro de 2021 e R\$1.854.575 ao custo de USD + 5,8588% a.a. com vencimento para 25 de outubro de 2023. Os montantes de R\$167.487 referem-se a variações cambiais e juros incorridos no período.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos, financiamentos e derivativos--Continuação

(iii) Contratação de 06 Swaps, sendo dois com a instituição JPMorgan Chase Bank e Bank of America Merrill Lynch (BAML), e com as instituições HSBC Brasil S.A. (HSBC) e Banco Bradesco S.A. (Bradesco) Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2018:

Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2018, que totalizam o montante de R\$ 2.956.308:

Bancos	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso R\$'000	Ingresso US\$'000	Pagamento de juros	Taxa contratual
BAML	29/10/2018	24/10/2023	371.700	100.000	Semestral	11,47%a.a.
JPM	30/10/2018	24/10/2023	1.109.875	297.235	Semestral	11,49%a.a.
Bradesco	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.
BAML	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.
HSBC	29/10/2018	01/11/2021	730.733	198.407	Semestral	CDI + 1,85%a.a.
JPM	29/10/2018	01/11/2021	371.000	100.000	Semestral	CDI + 1,85%a.a.

As garantias para obtenção dos referidos empréstimos foram concedidas pela Matriz.

10.1 Condições restritivas (covenants)

Os empréstimos obtidos não contêm cláusulas restritivas quantitativas ou qualitativas.

11. Impostos a recolher

A composição dos impostos a recolher nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 se encontra disposta abaixo:

	2018	2017
PIS a recolher	2.451	-
COFINS a recolher	11.229	-
IRPJ corrente a recolher	132.927	-
CSLL corrente a recolher	48.942	-
Outros tributos	987	-
	196.536	-

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	2018	2017
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	4.488	-
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	462	-
MME - Ministério de Minas e Energia	231	-
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	402	-
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	7.810	-
	13.393	-

13. Impostos diferidos

A composição dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

	2018	2017
IRPJ (i)	48.721	14.122
CSLL (i)	17.540	5.084
PIS (ii)	4.511	2.039
COFINS (ii)	20.776	9.394
	91.548	30.639

- (i) Os saldos do IRPJ e CSLL diferidos referem-se a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. A composição dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2018, é como segue:

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Impostos diferidos--Continuação

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízos Fiscais	-	11.782	-	-	(11.782)	11.782	-	-
	-	11.782	-	-	(11.782)	11.782	-	-
Diferenças Temporárias								
Adições temporárias	11.110	156	-	-	10.954	156	-	-
Ativo financeiro	-	-	84.351	42.026	(42.325)	(42.026)	-	-
Instrumentos financeiros - Swap	6.843	5.264	-	-	1.579	5.264	-	-
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	136	5.618	-	-	-	-	5.483	(5.618)
Total Diferenças Temporárias	18.088	11.038	84.351	42.026	(29.792)	(36.606)	5.483	(5.618)
Total bruto	18.088	22.820	84.351	42.026	(41.574)	(24.824)	5.483	(5.618)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(18.088)	(22.820)	(18.088)	(22.820)				
Total	-	-	66.262	19.206				

- (i) Os saldos de PIS e COFINS diferidos são referentes as diferenças temporárias sobre as receitas de ACR que ainda não foram recebidas. A realização dos tributos ocorrerá conforme o recebimento dessas receitas.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social autorizado da Companhia é de R\$2.912.000, representado por 2.912.000.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

a. Destinação dos lucros:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	439.558	48.236
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(21.978)</u>	<u>(2.412)</u>
	<u>417.580</u>	<u>45.824</u>
Destinação do lucro:		
Dividendos a pagar	104.395	11.456
Reserva de lucros	<u>313.185</u>	<u>34.368</u>
	<u>417.580</u>	<u>45.824</u>

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

b. Outros resultados abrangentes

O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumulados resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica "*Hedge* de fluxo de caixa", serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	439.558	48.236
Denominador (em milhares de ações) Numero de ações	2.912.000	2.912.000
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,1509	0,0166

16. Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita operacional líquida—Continuação

b) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

c) Receita de atualização do ativo financeiro: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento da geração da energia vendida no ACR pelo retorno do pagamento da bonificação de outorga atualizada mensalmente pelo IPCA.

d) Receita de O&M: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber em decorrência do gasto com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG.

	2018	2017
Suprimento de mercado livre (a)	276.194	-
Energia de curto prazo (b)	8.023	-
Atualização do ativo financeiro (c)	954.744	123.606
Receita de O&M (d)	169.507	-
Receita operacional bruta	1.408.468	123.606
(-) Deduções sobre receita PIS/COFINS	(130.283)	(11.433)
Pesquisa e desenvolvimento	(11.009)	-
Taxa de fiscalização do setor elétrico	(2.470)	-
Contribuição financeira para utilização dos recursos hídricos	(32.037)	-
(-) Total encargos do consumidor	(45.516)	-
Total deduções da receita operacional	(175.799)	(11.433)
Receita operacional líquida	1.232.669	112.173

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Custos de operação

	2018			2017	
	Operação	Gerais e Administrativas	Total	Gerais e Administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	13.466	-	13.466	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição	102.098	-	102.098	-	-
Pessoal e Administradores	11.734	24.318	36.052	-	-
Material	1.856	513	2.369	-	-
Serviços de terceiros	13.093	14.004	27.097	4.927	4.927
Depreciação	156	421	577	-	-
Amortização	41.627	12	41.639	3	3
Aluguéis e arrendamentos	346	2.092	2.438	-	-
Outras	1.369	9.098	10.467	96	96
Total	185.745	50.458	236.203	5.026	5.026

18. Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e cauções	14.468	402
Energia vendida	31	-
Descontos Obtidos	148	-
Outros juros e variações monetárias	2.630	-
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(803)	-
Receitas financeiras total	16.474	402
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(284.658)	(32.892)
Variações em moeda estrangeira	(65.198)	(1.292)
Outras despesas financeiras	(84)	(305)
Despesas financeiras total	(349.940)	(34.489)
Total	(333.466)	(34.087)

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	223.442	18.249
IRPJ - Corrente	132.927	-
CSLL - Corrente	48.942	-
IRPJ - Diferido	30.569	18.249
CSLL - Diferido	11.005	6.575
	223.442	24.824

Composição da alíquota efetiva:

	<u>IRPJ / CSLL</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	663.000	73.060
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(225.420)</u>	<u>(24.840)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(996)	-
Despesas indedutíveis	(26)	16
Outros		
Incentivos fiscais		
Lei Rouanet	3.000	-
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(223.442)</u>	<u>(24.824)</u>
Alíquota efetiva	<u>33,70%</u>	<u>33,98%</u>

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos.

c) Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD).

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2018			31/12/2017	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	15.459	-	-	15.459	1.044
Empréstimos e financiamentos	-	1.280.432	2.952.513	4.232.945	4.368.028
Derivativos	-	114.908	-	114.908	30.710
Total	15.459	1.395.340	2.952.513	4.363.312	4.399.782

Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2018		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	
Caixa e equivalentes de caixa	155.169	155.169	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros a receber	5.517.497	5.517.497	Valor justo por meio de resultado
Financiamentos e empréstimos	2.282.675	2.282.675	Valor justo por meio do resultado ¹
Financiamentos e empréstimos	1.950.270	1.950.270	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	57.730	57.730	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	59.801	59.801	Custo amortizado
Fornecedores	15.459	15.459	Custo amortizado

¹ Os empréstimos mensurados e classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se aos contratos firmados com os bancos HSBC e JPM que possuem estruturas de proteção, contratadas pela Companhia como "fair value hedge".

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Ademais, esses empréstimos em moeda estrangeira também possuem juros atrelados ao USD.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio em USD são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de operações de swap de moeda e taxa de juros.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018 montam em R\$3.119.

De acordo com os contratos de *swap* de moeda e taxa de juros, A Companhia concorda em trocar a diferença entre a variação cambial e os valores de taxas de juros pós-fixadas por uma taxa de juros prefixada, calculados a partir do “valor notional acordado”.

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda e nas taxas de juros sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa. O valor justo dos *swaps* de moeda e taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda e taxa de juros em aberto no fim do período de relatório:

Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa prefixada do swap	Notional R\$	Valor justo R\$
Vencimento em cinco anos – Fluxo de caixa	USD + 5,8588% a.a.	Entre 11,47%a.a. e 11,49%a.a.	1.481.575	59.801
Vencimento em três anos – Valor justo	USD + 5,4706% a.a.	CDI + 1,85%a.a.	1.474.733	57.730

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Contingências

Em Junho de 2018 a Companhia recebeu um lançamento de IPTU por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R\$7.942. O procedimento administrativo encontra-se em fase inicial, sendo que a Companhia já apresentou defesa, e aguarda manifestação do fisco municipal. De acordo com o escritório de advocacia contratado pela empresa para patrocinar o caso, o prognóstico de perda em fase administrativa é possível, havendo razoáveis chances de êxito tanto quanto ao cancelamento integral da cobrança, quanto ao cancelamento parcial desta, devido a uma série de questionamentos relativos à legalidade da cobrança, inclusive quanto ao seu fato gerador e base de cálculo. Tais questionamentos, em especial a dificuldade de definição da base de cálculo do tributo neste momento, tornam impossível a mensuração mais precisa do valor a ser despedido caso esta contingência venha a se materializar.

22. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém seguros para D&O para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, com vigência de 08/11/2018 a 07/11/2019, com cobertura total de R\$ 30.000 e responsabilidade civil, com vigência de 08/12/2018 a 07/12/2019, com cobertura total de R\$ 50.000 e Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, com vigência de 10/05/2018 a 09/05/2019, perfazendo um valor em risco na ordem de R\$ 4.158.331 com limite máximo de indenização de R\$ 1.348.165, limitado a R\$ 348.165 para a apólice de Lucros Cessantes.

23. Eventos subsequentes

No dia 30 de janeiro de 2019 a unidade geradora número 05 (UG 05) foi desligada em decorrência de uma explosão, provocando incêndio na parte de baixa tensão e alta tensão do transformador e seus componentes e entorno. Durante o sinistro, houve a atuação do SPCI - sistema de proteção contra incêndio do transformador, minimizando a ocorrência.

A Companhia acionou o seguro que possui contratado e está avaliando os danos para a troca da máquina e seus componentes no prazo estabelecido pelo órgão regulador.

UHE São Simão Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Eventos subsequentes--Continuação

A Companhia não espera impactos significativos na geração de sua receita, pois o nível de vendas de energia é conservador o suficiente para suportar a redução de energia causada pelo sinistro, bem como em relação ao reparo dos danos no equipamento, tendo em vista a cobertura de seguro existente, bem como em relação ao reparo dos danos no equipamento, tendo em vista a cobertura de seguro existente.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Waldo Perez
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
Contadora
CRC - 1SP145065/O-9